RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 27 de Novembro de 2026

Prefeitura de Cuiabá concede direito de superfície ao Shopping Popular por 30 anos

Projeto garante segurança jurídica para reconstrução do centro comercial após incêndio de julho de 2024

O prefeito Abilio Brunini apresentou nesta quinta-feira (30), no Palácio Alencastro, o projeto de lei que será encaminhado à Câmara Municipal. A proposta confere à Associação do Shopping Popular o direito real de superfície da área onde funciona o centro comercial, oferecendo respaldo legal para a conclusão das obras de reconstrução, gestão do empreendimento e manutenção do Complexo Esportivo Manoel Soares de Campos.

O encontro reuniu a presidente da Câmara Municipal, vereadora Paula Calil, além dos vereadores Rafael Ranalli, Macrean Santos, Coronel Dias, Samantha Íris, Cássio Coelho, Wilson Kero Kero e Antônio Lemes. Participaram também o presidente da Associação do Shopping Popular, Misael Galvão, e representantes da instituição. A área onde funciona o Centro de Convivência de Idosos Padre Firmo permanece excluída do projeto.

Misael Galvão ressaltou que o Shopping Popular atravessa a etapa derradeira de reconstrução posterior ao incêndio ocorrido em 15 de julho de 2024, que causou danos totais à infraestrutura. Para ele, este momento crítico exige articulação entre as administrações públicas e o setor comercial visando a retomada das operações. "Estamos renascendo das cinzas e precisamos ser parceiros. Precisamos dessa parceria da Prefeitura e da Câmara na reconstrução. Trazemos a gratidão por essa recepção", declarou.

O prefeito Abilio Brunini salientou que a medida proporciona estabilidade legal aos lojistas e potencializa um dos principais centros econômicos da capital. "O Shopping Popular é um patrimônio de Cuiabá e movimenta a economia da nossa cidade, gerando emprego, renda e oportunidades para milhares de famílias. Nosso compromisso é oferecer segurança jurídica para que esse importante centro comercial continue crescendo e contribuindo com o desenvolvimento econômico do município".

Principais elementos do projeto:

- Concessão do direito real de superfície da área, proporcionando estabilidade legal para as obras e operações;
- Período de concessão estabelecido em 30 anos, com possibilidade de prorrogação conforme conveniência pública;
- Incumbência da associação sobre a gestão do Shopping Popular e manutenção do Complexo Dom Aquino;
- Alocação obrigatória de no mínimo 100 m² para implantação de Centro de Educação Profissional do Senai ou similar;
- Acompanhamento contínuo pela administração municipal do atendimento das exigências contratuais;
- Revogação da Lei Municipal nº 6.900/2023, estabelecendo novo fundamento jurídico para o negócio.

Paula Calil, presidente da Câmara Municipal, informou que promoverá uma sessão para explanar o teor do projeto antes da apreciação votação, programada para a semana seguinte. "Vou marcar uma reunião na

segunda-feira e convocar os 27 vereadores para que não tenhamos nenhuma surpresa. Queremos conhecer todos os detalhes do projeto e contribuir para que ele avance da melhor forma possível".